


## Dinâmicas do Controle à Ação Coletiva: O Policiamento a Protestos no Rio Grande Do Sul (1970-2015)

### Control Dynamics of Collective Action: Protest Policing in Rio Grande do Sul (1970-2015)

\*Eduardo Georjão Fernandes<sup>1</sup> 

\*Camila Farias da Silva<sup>2</sup> 

#### Resumo

A pesquisa se insere no debate sobre movimentos sociais e Estado, com foco em como as instituições estatais controlam a ação dos ativistas. A partir dos aportes da literatura internacional sobre policiamento a protestos, busca realizar o mapeamento longitudinal de padrões e variações do policiamento a protestos no estado do Rio Grande do Sul no período de 1970 a 2015. Com base nos dados do projeto “Regimes e Repertórios Associativos: oportunidades políticas e organização social no Brasil”, realizamos a análise dos eventos de protesto ocorridos no estado do Rio Grande do Sul entre 1970 e 2015 a partir de dois eixos norteadores: seletividade do repertório policial quanto a atores e reivindicações; interações táticas entre manifestantes e forças policiais. Os resultados indicam a predominância de táticas de repressão física, pouco tolerantes à demonstração pública de demandas coletivas, com protagonismo das Polícias Militares; a concentração da ação policial sobre reivindicações e grupos mais “ameaçadores” às elites políticas; a tendência de que táticas da ação coletiva disruptivas sejam mais duramente policiadas.

**Palavras-chave:** movimentos sociais; policiamento a protestos; repertório policial; seletividade; interação tática.

#### Abstract

The research relates to the debate on social movements and the State, focusing on how state institutions control collective action. Departing from the international literature on protest policing, this work aims to accomplish a longitudinal mapping of patterns and variations in protest policing in the state of Rio Grande do Sul from 1970 to 2015. Based on data from the project “Regimes and Associative Repertoires: political opportunities and social organization in Brazil”, we applied a protest event analysis for the protests that took place in the state of Rio Grande do Sul between 1970 and 2015, based on two guiding axes: selectivity of the police repertoire regarding actors and claims; tactical interactions between protesters and police forces. The results indicate the predominance of tactics of physical repression, less tolerant to the public manifestation of collective demands, with a predominant role of the Military

<sup>1</sup> Universidade Vila Velha, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP/UVV, Vila Velha, ES, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0307-3550>.

<sup>2</sup> Instituto Cíclica (Porto Alegre, RS, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2367-8805>.

Police; the concentration of police action in demands and groups that are more “threatening” to political elites; the tendency of disruptive collective action tactics to be more severely policed.

**Keywords:** social movements; protest policing; police repertoire; selectivity; tactical interaction.

## Introdução

Nos últimos anos, o contexto político brasileiro tem sido marcado por uma série de mobilizações, promovidas por diversos grupos de atores, com uma importante heterogeneidade de reivindicações. Esse contexto, que tem como marcos o ciclo de protestos de 2013, as manifestações pelo *Impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff entre 2015 e 2016 e, mais recentemente, a mobilização de grupos de extrema direita favoráveis à intervenção militar, por exemplo, indica distintos modos de interação entre os movimentos sociais e o Estado. Uma das facetas dessa interação é a forma como as instituições estatais (representadas, principalmente, pelas polícias) controlam a ação reivindicatória dos ativistas nas ruas, temática que assume centralidade no debate público e acadêmico desde o ano de 2013, quando foram levantadas diversas denúncias a respeito do uso excessivo da força e demais irregularidades na atuação policial diante dos protestos (ALMEIDA, 2020b; PROTESTOS..., 2014; SILVA; FERNANDES, 2017).

Se, por um lado, a literatura nacional dedicada ao estudo da ação coletiva e dos processos de mobilização avançou em explicar a faceta cooperativa da relação entre Estado e organizações de movimentos sociais, principalmente para abordar a ampliação das oportunidades de participação de grupos organizados da sociedade civil nas vias institucionais do Estado brasileiro no período de governos progressistas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018), a faceta conflitiva da ação do Estado face aos movimentos sociais tem sido relativamente negligenciada. Recentemente, porém, as pesquisas nacionais têm apontado para a necessidade de superação do distanciamento entre os estudos da ação coletiva e o debate sobre as instituições de segurança pública (ALMEIDA, 2020a; FERNANDES, 2020).

Como demonstra Almeida (2020a), um conjunto de autores buscou, desde o fim dos anos 1970, conectar as discussões sobre segurança pública e democracia. Paulo Sérgio Pinheiro (1991), por exemplo, adotou os conceitos de “entulho autoritário” e “autoritarismo socialmente implantado” para definir a continuidade da estrutura institucional e legal das forças policiais mesmo no período da redemocratização do país, o que culminaria na manutenção da lógica repressiva e avessa às liberdades civis perante a organização e a ação dos movimentos sociais. A partir de uma perspectiva antropológica, Teresa Caldeira (2000) afirmou que haveria uma instabilidade nas fronteiras entre o legal e o ilegal na modernidade brasileira, o que caracterizaria uma “democracia disjuntiva”, na qual alguns grupos seriam constantemente tratados pelo Estado por meio de arbítrios e da violação de direitos civis e políticos.

A despeito dessas contribuições teóricas, situadas principalmente no final do século XX, a década de 2000 foi caracterizada pelo processo de especialização do debate acadêmico nacional sobre segurança pública e instituições policiais, de um lado, e sobre movimentos sociais e ação coletiva, de outro. O recente acirramento das conflitualidades brasileiras, com a violência policial contra manifestantes e a produção de inquéritos policiais em decorrência dos protestos de 2013 (PROTESTOS..., 2014), a aprovação da Lei Antiterrorismo e de outros dispositivos legais de restrição de direito ao protesto

(FREITAS, 2017), a emergência de contramovimentos de extrema direita e o fortalecimento da militarização das instituições políticas no governo Bolsonaro (COUTO, 2020), indica que entender a história da relação entre as forças policiais e os movimentos sociais é central para que se compreendam os aspectos estruturais da sociedade brasileira. Por outro lado, ainda são esparsas as tentativas de diálogo com a literatura internacional sobre policiamento a eventos de protestos, a qual é composta por um conjunto de estudos que buscam descrever e explicar os padrões e as variações nas estratégias policiais de controle sobre as organizações e os atores que promovem a ação coletiva não institucional (DELLA PORTA; REITER, 1998, 2006; EARL, 2003, 2011; KOOPMANS, 1997; EARL; SOULE, 2006; SOULE; DAVENPORT, 2009)

A construção de uma agenda nacional dedicada ao estudo do policiamento a protestos pode fomentar o diálogo com as pesquisas internacionais a partir da formulação de diversos questionamentos, tais como: quais organizações de movimentos sociais tendem, historicamente, a ser as mais afetadas pela ação das forças policiais? A temática da reivindicação influencia as táticas de policiamento adotadas pelo Estado? A alternância de poder nos governos estaduais afeta os tipos de policiamento adotados? A tendência de abertura à participação social, identificada no período de redemocratização do fim do século XX e início do XXI, também foi acompanhada por uma tendência de maior tolerância das instituições policiais à ação dos movimentos sociais? Estas e outras questões, em suma, dizem respeito a eventuais continuidades e mudanças, ao longo do tempo, dos padrões de policiamento a protestos.

Tendo em vista o contexto e a lacuna teórica apresentada, buscaremos mobilizar aportes da literatura internacional sobre policiamento a protestos para investigar o caso da relação entre forças policiais e movimentos sociais em um estado específico do Brasil. Buscaremos mapear o panorama histórico de policiamento a protestos no estado do Rio Grande do Sul, abarcando um amplo período temporal e lançando mão da técnica de análise de eventos de protesto (AEP). Partimos da seguinte problemática: quais os padrões e variações do policiamento a protestos no estado do Rio Grande do Sul no período de 1970 a 2015? O trabalho encontra-se assim organizado: a primeira seção apresenta a abordagem teórica que norteia a pesquisa; em seguida, explicitam-se as questões metodológicas; por fim, apresenta-se a análise dos dados encontrados a partir de dois eixos norteadores: seletividade do repertório policial quanto a atores e reivindicações; interações táticas entre manifestantes e forças policiais. O estudo possui caráter predominantemente descritivo e quantitativo.

## **Policiamento de Eventos de Protesto**

Do ponto de vista do campo de estudo dos movimentos sociais e da ação coletiva, o primeiro teórico a conceituar o termo “repressão” foi Charles Tilly, ao entendê-la como “qualquer ação por outro grupo que aumenta o custo da ação coletiva de um grupo competidor” (*tradução nossa*) (TILLY, 1978, p. 100). Essa definição, de caráter geral, tem sido sofisticada por autores contemporâneos. Segundo Earl (2011, p. 263, *tradução nossa*), repressão é “uma ação estatal ou privada dirigida a prevenir, controlar ou constranger a ação coletiva não institucional (exemplo: protesto), incluindo sua iniciação”. Porém, a própria Earl *et al.* (2004) reconhecem o amplo uso do termo “repressão” em sentidos imprecisos e normativos, indicando ser mais apropriado considerarmos o policiamento a protestos como uma forma de “controle social” da ação coletiva. Concordamos com Earl e conceituamos o controle social como “o processo pelo qual indivíduos, grupos e

organizações tentam tornar a performance, o comportamento e as operações de outros grupos, organizações e indivíduos, em conformidade com os padrões de comportamento ou preferências normativas.” (ZALD, 1978, p. 83). Entendemos a repressão como uma espécie de ação policial que envolve, necessariamente, o uso da força (detenções, uso de armamentos letais e menos letais, agressões físicas) (RAFAIL, 2014).

A literatura internacional sobre policiamento a protestos possui uma ampla produção na temática. Essas pesquisas podem ser classificadas em três conjuntos: (a) aquelas que buscam identificar o repertório da ação policial, propondo tipologias das táticas e estratégias recorrentemente mobilizadas por agentes policiais em interação com eventos de protestos; (b) as pesquisas que buscam explicar como as táticas e estratégias são construídas (ação policial como variável dependente); (c) aquelas que objetivam explicar os efeitos da ação policial sobre eventos de protesto e processos de mobilização (ação policial como variável independente).

O primeiro conjunto de pesquisas, o qual pode ser entendido como um mapeamento das ações policiais repressivas em diferentes contextos, demonstra que há uma limitação no grau de diversidade das táticas policiais historicamente mobilizadas. Determinadas táticas tendem a se reproduzir no tempo e no espaço, de modo que em um determinado período histórico há um leque limitado de táticas policiais, as quais são disseminadas em diferentes espaços, conforme demonstram estudos comparativos entre países (DELLA PORTA; REITER, 1998, 2006). Assim como no caso da ação coletiva (TILLY, 1978), portanto, é possível adotar a expressão “repertório da ação policial” para designar o conjunto de táticas policiais adotadas na interação com eventos de protesto (FERNANDES, 2020).

Esse repertório é composto por táticas. Táticas, na literatura de movimentos sociais, significam, sobretudo, formas de ação que foram escolhidas com o objetivo de influenciar ou coagir oponentes, o público em geral, e ativistas do movimento (DOHERTY, 2013). A escolha tática pode estar relacionada tanto a fins estratégicos – por exemplo, maior efetividade (MCADAM, 1982) –, como a questões culturais. As abordagens culturalistas defendem que mesmo as ações mais racionais/estratégicas estão imbuídas de valores e crenças (JASPER, 1997; POLLETTA, 1997).

No mesmo sentido adotamos a nomenclatura “táticas da ação policial” para caracterizar os elementos que compõem o repertório da ação policial. Os estudos apresentam diferentes critérios e tipologias para classificar as táticas policiais na interação com eventos de protesto. Della Porta (1996) busca classificar as táticas segundo o grau de tolerância, identificando ações que tendem a ser mais repressivas e restritivas de liberdades e ações mais tolerantes que privilegiam valores democráticos. Earl (2003) identifica táticas segundo outros critérios, como qual ator produz a ação (se agentes do Estado ou atores privados) e o grau de visibilidade da tática.

As táticas tendem a se combinar conforme os objetivos de médio alcance estabelecidos pelas autoridades policiais. Esse nível intermediário entre táticas e repertório configura as “estratégias da ação policial” (também entendidas como “modelos da ação policial”), ou seja, a combinação entre diferentes táticas com vistas a um fim. A literatura de policiamento a protestos identifica três estratégias/modelos recorrentemente adotados na interação com eventos de protesto: forças em escalada, estratégia voltada para a repressão física de ativistas, com alto grau de intolerância à ação coletiva (DELLA PORTA; REITER 1998); gestão negociada, estratégia focada na negociação com ativistas para garantia do direito ao protesto conforme os limites estabelecidos pelas autoridades policiais (MCPHAIL; SCHWEINGRUBBER; MCCARTHY, 1998); incapacitação estratégica,

modelo focado no policiamento preventivo, com uso frequente de táticas de vigilância e coletas de informação, bem como de táticas de controle espacial (GILLHAM; EDWARDS; NOAKES, 2013).

O segundo conjunto de pesquisas, o qual busca explicar como táticas e estratégias policiais são construídas, apresenta diferentes abordagens e resultados. Conforme sistematização realizada por Earl (2003), alguns estudos afirmam que o grau de “ameaça” dos ativistas à elite política é a principal variável que determina o nível de repressão. Ou seja, protestos realizados por grupos mais “ameaçadores”, como aqueles que mobilizam táticas disruptivas e de ação direta, tenderiam a ser mais reprimidos (BROMLEY; SHUPE, 1983; EARL; SOULE, 2006; MCADAM, 1982; SOULE; DAVENPORT, 2009). Outros estudos enfatizam a dimensão do “poder”, no sentido de que grupos mais “fracos”, que detêm menos suporte e conseqüentemente menos condições de resistir e de questionar publicamente as forças policiais, tendem a ser mais reprimidos. Esse seria o caso, por exemplo, de minorias étnicas (AYOUB, 2010; CHANG; VITALE, 2013; GAMSON, 1990; PIVEN; CLOWARD, 1977). Outro conjunto de estudos combina as variáveis de “ameaça” e “fraqueza”, afirmando que protestos promovidos por grupos que são, ao mesmo tempo, ameaçadores às elites e fracos são os alvos preferenciais das polícias (STOCKDILL, 1996). Um diferente grupo de pesquisadores foca-se sobre as oportunidades políticas, buscando entender como estruturas políticas estáveis (exemplo: regime político) e voláteis (exemplo: mudanças de governo) produzem efeitos sobre as táticas policiais (DELLA PORTA, 1995; MCADAM; MCCARTH; ZALD, 1996; TARROW, 1989). Ainda, há um conjunto de pesquisas que se interessa em analisar como as características internas das instituições policiais (estrutura organizacional e cultura institucional) afetam as escolhas por táticas policiais (EARL; SOULE, 2006).

O terceiro conjunto de pesquisas, o qual busca explicar os efeitos da ação policial sobre eventos de protesto e processos de mobilização, apresenta também diferentes abordagens e resultados. Como demonstram Earl e Schussman (2004), autores vinculados à abordagem da ação racional entenderam que, por elevar os custos da ação coletiva, o policiamento geraria efeitos de desmobilização. Por outro lado, autores ligados à perspectiva da psicologia social afirmaram que o encontro com as forças policiais, ao produzir reações de radicalização e de unificação de ativistas em torno de suas causas, poderia amplificar as mobilizações (AZAB; SANTORO, 2017). As explicações gerais que defendem apenas um ou outro efeito (mobilização ou desmobilização) são atualmente vistas como inadequadas. Nesse sentido, Koopmans (1997) defende a necessidade de serem delimitados os elementos empíricos (exemplos: tipos de regime políticos, tipos de movimentos) que demonstrem, de modo mais coerente com a perspectivas processuais e relacionais, a heterogeneidade dos efeitos da ação policial sobre as mobilizações.

### **Notas Metodológicas**

Para a análise foram utilizados dados do projeto “Regimes e Repertórios Associativos: oportunidades políticas e organização social no Brasil”, produzidos entre 2011 e 2017. O método utilizado foi o de análise de eventos de protesto (AEP)<sup>3</sup>, que busca mapear e sistematizar a ocorrência de eventos de protesto em determinado espaço/tempo (KOOPMANS; NEIDHARDT; RUCHT, 1999; KOOPMANS; RUCHT, 2002; OLZAK, 1989;

<sup>3</sup> Apesar de não muito recorrente, nos últimos anos esse método tem sido utilizado em diferentes pesquisas no Brasil como por exemplo em Tatagiba e Galvão (2019), Oliveira e Santos (2017) e Souza e Alonso (2018).

SILVA; ARAUJO; PEREIRA, 2016). Como fonte de dados foi utilizado o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre. Jornais diários são fontes recorrentes em pesquisas baseadas na AEP devido ao seu fácil acesso e à sua permanência ao longo do tempo (NEIDHARDT; RUCHT, 1999; OLZAK, 1989).

Para operacionalizar a metodologia AEP, foi construído um banco de dados sobre eventos de protesto<sup>4</sup> ocorridos no estado do Rio Grande do Sul entre 1970 e 2015. A unidade de análise deste estudo é a tática utilizada pelos atores naqueles eventos. Assim, um mesmo evento pode dar origem a mais de uma entrada no banco de dados, caso nesse evento tenham sido usadas múltiplas táticas.

Especificamente para essa pesquisa são analisadas as variáveis do banco: (1) ator, que diz respeito a quem realiza a manifestação, compreendendo eventos produzidos por atores individuais ou coletivos, societários ou estatais, desde que esses atores expressassem uma demanda coletiva; (2) objeto, variável que corresponde às reivindicações (como conflitos por terra, transporte urbano, corrupção, etc.); (3) tática da ação coletiva, a qual refere-se às formas de manifestação, que compreendem tanto ações mais disruptivas (tais como depredações) quanto ações menos disruptivas (tais como a realização de reuniões com autoridades públicas ou privadas) e (4) tática policial, que diz respeito às ações adotadas pelas instituições policiais.

A variável tática policial é dividida em: retenção, detenção ou transferência de pessoas privadas de liberdade; bloqueio de trajeto ou de acesso ou permanência no local do evento; agressões físicas aos manifestantes por meio de socos, cassetetes ou balas de borracha; bombas de gás lacrimogêneo ou de efeito moral; uso ou clara ameaça de uso de armamento letal; apreensão ou retenção de equipamentos; inspeções ou vistorias nos manifestantes; abertura de inquérito policial para investigação dos fatos ocorridos; técnicas de coleta sistemática de informações. Um registro de ação policial pode incluir uma ou mais das táticas citadas.

A seguir, inicialmente apresentamos a distribuição temporal das ocorrências da ação policial do período de 1970 a 2015 no Rio Grande do Sul. Em seguida, buscamos mapear os padrões e variações de policiamento em dois eixos centrais: seletividade do repertório policial quanto a atores e reivindicações; interações táticas entre manifestantes e forças policiais. O estudo tem caráter descritivo e busca fornecer elementos para a exploração de hipóteses a respeito das especificidades do caso brasileiro no policiamento a protestos.

## **O Policiamento de Protestos no Rio Grande do Sul (1970-2015)**

Os dados aqui apresentados dizem respeito às ações realizadas pelas polícias do Rio Grande do Sul no período analisado. É importante ressaltar que as instituições policiais brasileiras, ao longo desses 45 anos, passaram por diversas fases e estruturas organizacionais. A Constituição Federal de 1988 consagrou a divisão entre a Polícia Militar (PM), responsável pelo policiamento ostensivo e pela manutenção da ordem pública, e a Polícia Civil (PC), polícia judiciária, de função predominantemente investigativa. Ambas as instituições são administradas em âmbito estadual, de modo que as polícias de cada

<sup>4</sup> O critério para seleção dos eventos que foram categorizados no banco de dados são todas as expressões públicas de reivindicações e demandas coletivas. Foram coletados eventos caracterizados por ações mais disruptivas, como greves, até ações como circulação de abaixo-assinados ou realização de reuniões com autoridades. Também foram selecionados os mais diversos contextos de ação: espaços institucionais ou públicos, considerando-se os atos realizados por grupos ou indivíduos, societários ou estatais, desde que expressem uma demanda coletiva. Para mais informações sobre o banco de dados ver Silva, Araújo e Pereira (2016).

estado da federação possuem suas especificidades. Ainda, salienta-se a existência das Guardas Municipais (GM), polícias administradas pelos municípios e responsáveis pela proteção do patrimônio municipal. O banco abrange ações adotadas por diferentes instituições policiais do estado do Rio Grande do Sul.

A amostra utilizada na pesquisa compreende 4596 casos de uso de táticas de expressão pública de demandas coletivas que foram registradas no Rio Grande do Sul. A Tabela 1 demonstra que os anos de 1980, 1985 e 1990 apresentaram a maior concentração das ocorrências, totalizando mais de 50% dos casos.

**Tabela 1** - Distribuição da amostra por ano

	Frequência	Porcentagem
1970	152	3,3
1975	134	2,9
1980	736	16,0
1985	1125	24,5
1990	833	18,1
1995	274	6,0
2000	467	10,2
2005	429	9,3
2010	154	3,4
2015	292	6,4
Total	4596	100,0

Fonte: Autoria própria

A baixa frequência de expressão pública de demandas coletivas nos anos 1970 e 1975 enquadra-se no período histórico da ditadura civil-militar no país. O período de 1980 a 1990, por outro lado, compreende um contexto de abertura política e de redemocratização, identificando-se um relevante aumento no número de eventos de protesto registrados. A partir de 1995, em um período de relativa estabilização do regime democrático, há uma queda e posterior manutenção da frequência registrada. Verifica-se apenas uma diminuição significativa de casos no ano 2010, o qual apresentou a característica de ser um ano de processo político-eleitoral para cargos federais e estaduais.

**Tabela 2** - Distribuição de ocorrência policiamento por ano

	Frequência	Porcentagem
1975	7	5,0
1980	27	19,1
1985	13	9,2
1990	25	17,7
1995	11	7,8
2000	26	18,4
2005	24	17,0
2010	1	,7
2015	7	5,0
Total	141	100,0

Fonte: Autoria própria

Percebe-se na Tabela 2 a baixa ocorrência de policiamento sobre os eventos registrados. Apenas 3% da amostra apresentou algum tipo de ação policial. Esse número, no entanto, deve ser relativizado diante do viés que o jornal como fonte coloca à pesquisa. Em pesquisas com esse tipo de fonte, tradicionalmente são observados os vieses de seleção e de descrição dos eventos (EARL *et al.*, 2004). A principal limitação de nosso desenho de

pesquisa para os objetivos deste artigo decorre do viés de seleção da fonte utilizada. Jornais tendem a noticiar eventos planejados para serem visíveis ou ações que se tornaram visíveis pelo seu “valor jornalístico”. Muitas táticas de ação, no entanto, são estrategicamente escolhidas para serem pouco ou nada visíveis. Ademais, é possível que em determinados eventos nos quais houve algum tipo de ação policial esse fato não tenha sido noticiado. Especificamente, o jornal *Zero Hora* possui a característica de ser um veículo da mídia corporativa, de modo que coberturas mais críticas, que se centram sobre/questionam ações policiais, descrevendo estas com detalhes, não são recorrentes. Assim, é esperado que haja uma subnotificação de ações policiais no período estudado.

Quanto à distribuição temporal, é interessante notar que o ano de 1970, inserido no contexto da ditadura civil-militar, não registra ocorrências de ação policial. Na proporção com os casos registrados no banco, os anos 1975, 2000 e 2005 são os que apresentam maior concentração de policiamento. Especificamente, há no repertório policial um leque de possibilidades táticas para agir. As polícias gaúchas vêm ao longo do tempo fazendo uso de diferentes formas de policiamento. O Gráfico 1 demonstra quais as táticas policiais mais frequentes a partir do número total de ocorrências registradas no estudo.

**Gráfico 1** - Ocorrência dos tipos de táticas de policiamento a protesto

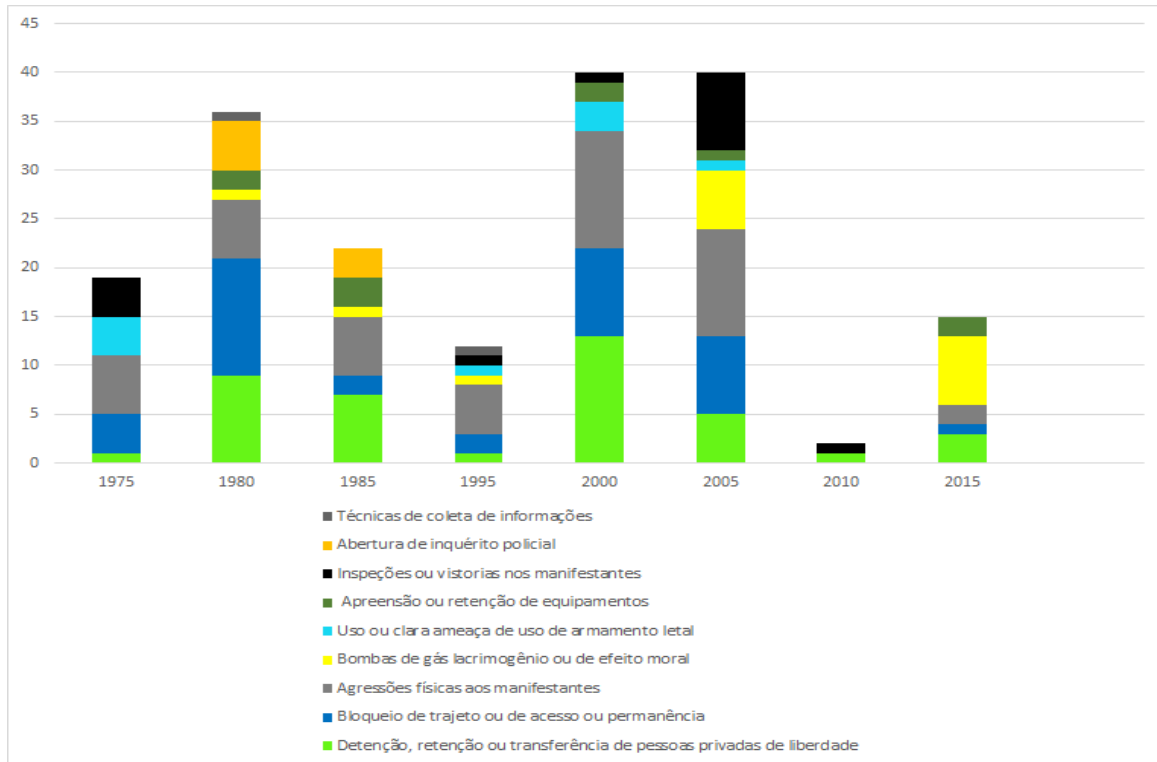


**Fonte:** Autoria Própria

Dentre as táticas adotadas pelas polícias, destacam-se as agressões físicas, a detenção e o bloqueio de trajeto. A seguir, com um número menor, mas ainda relevante de ocorrências, identificam-se o uso de bombas de gás lacrimogêneo ou de efeito moral, o uso de inspeções ou vistorias sobre os manifestantes, a apreensão ou retenção de equipamentos e o uso ou ameaça de uso de armamento letal. Os registros sobre abertura de inquérito policial e coleta sistemática de informações são pouco frequentes.

Os dados apresentados no gráfico demonstram, de modo geral, o uso prevalente de táticas de repressão física, pouco tolerantes à demonstração pública de demandas coletivas e típicas de estratégias de forças em escalada (DELLA PORTA; REITER, 1998). Nesse sentido, detenções e agressões, táticas que buscam dispersar a ação coletiva por meio da restrição de liberdades, são as mais frequentes. O bloqueio de trajeto, o qual, além de restringir o acesso a determinados espaços, possui um elemento preventivo, de antecipação à ação dos ativistas, é também muito frequente no total do período estudado e é típico da proposta de incapacitação estratégica (GILLHAM; EDWARDS; NOAKES, 2013). O Gráfico 2 apresenta a distribuição das táticas policiais por ano:



**Gráfico 2** - Distribuição das táticas policiais por ano de ocorrência dos eventos de protesto

**Fonte:** Autoria Própria

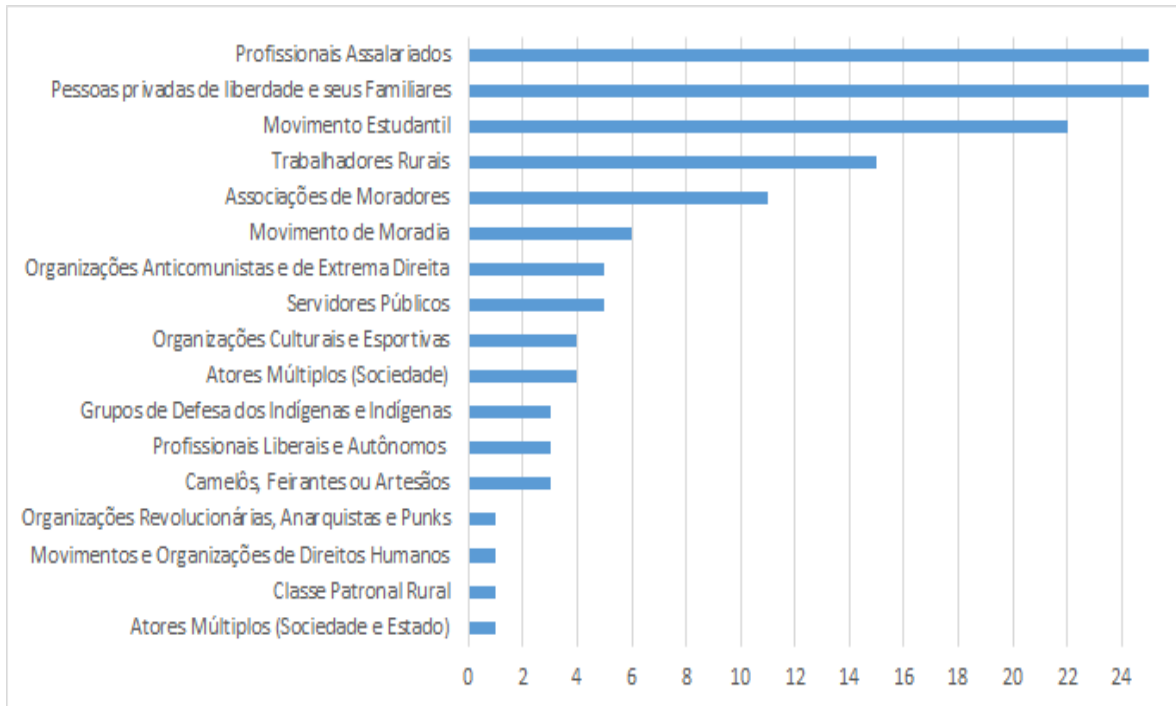
É possível identificar que as táticas de agressão, detenção e bloqueio de trajeto, com algumas oscilações, são as mais recorrentes ao longo do período analisado. Ou seja, quando o policiamento é observado, este tende a mobilizar o uso da força: a repressão física dos manifestantes e a intolerância ao protesto. Esse padrão é coerente com pesquisas recentes que indicam a prevalência das Polícias Militares como as instituições responsáveis por fazer o controle das mobilizações sociais no país (ALMEIDA, 2020a; LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2015). Por outro lado, a via da judicialização dos conflitos, com a abertura de inquéritos pelas Polícias Cíveis, mostra-se um recurso menos utilizado.

Uma variação importante identificada diz respeito ao uso de bombas de gás para dispersão dos manifestantes. É apenas a partir de 2005 que o uso dessa tática se faz mais presente. Ainda, ela se torna a principal forma de agir das polícias no ano de 2015. Por outro lado, as três táticas anteriormente prevalentes (detenção, agressão, bloqueio) sofrem importante queda entre 2005 e 2015. Esses dados fornecem um indício da emergência de bombas de gás lacrimogêneo – e de armamentos menos letais de modo geral – como tática preferencial no período contemporâneo, o que aponta para a amplificação das estratégias de “uso progressivo da força”, as quais priorizam a adoção de armamento menos letal ao recurso à agressão física (DELLA PORTA; REITER, 1998).

#### *Seletividade do repertório policial*

##### *a) Atores promotores do evento de protesto*

Os grupos aos quais mais estiveram associadas ações policiais foram os seguintes: profissionais assalariados, pessoas privadas de liberdade e seus familiares, estudantes e grupos de trabalhadores rurais (Gráfico 3). Destacam-se, ainda, aqueles grupos que tendem a ter como objeto de reivindicação questões relacionadas à moradia, como associação de moradores e movimentos de moradia.

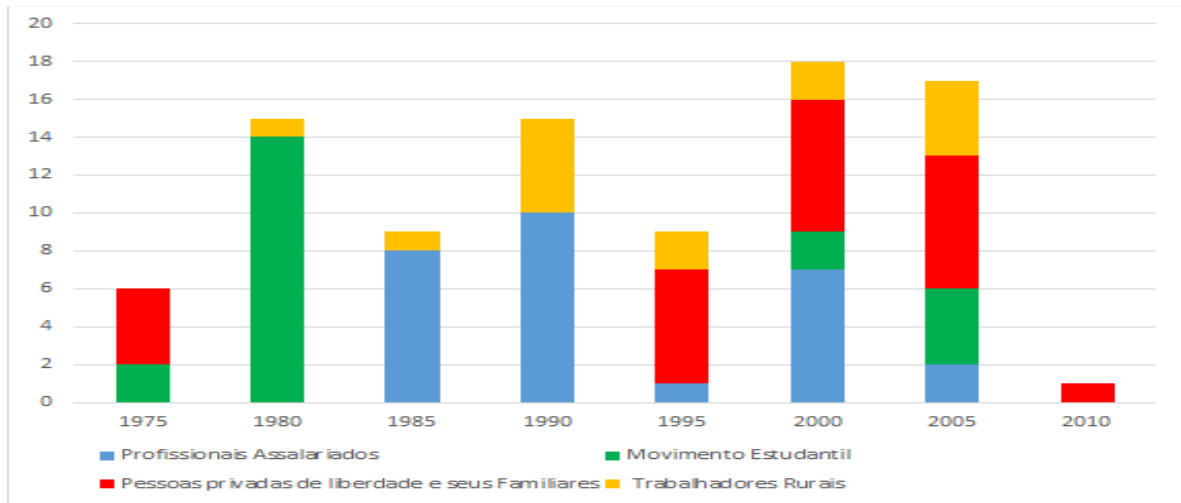
**Gráfico 3** - Ocorrências de táticas policiais de acordo com atores promotores do evento

**Fonte:** Autoria Própria

Esses dados fornecem indícios importantes para que se analise em que medida, no contexto brasileiro, as teorias sobre “ameaça” e “fraqueza” dos grupos policiados podem ser aplicadas para explicar os alvos preferenciais da ação estatal (AYOUB, 2010; CHANG; VITALE, 2013; EARL; SOULE, 2006; SOULE; DAVENPORT, 2009). Pessoas privadas de liberdade podem ser enquadrados como grupos que aliam as condições de “ameaçadores” às elites políticas (dado o caráter transgressor vinculado à criminalização) e “fracos” (dado que o contexto carcerário no Brasil é ligado a situações de precariedade/vulnerabilidade no acesso a recursos de mobilização coletiva). Quanto ao elemento da “ameaça”, o mesmo pode ser dito em relação a movimentos e organizações rurais, os quais tendem a questionar a concentração latifundiária, a qual é um dos fatores centrais para a manutenção das desigualdades sociais no Brasil, ameaçando assim as elites rurais. Profissionais assalariados urbanos e movimentos estudantis, historicamente, também se constituem como ameaças às elites políticas, pois tendem a questionar as relações desiguais de classe, reivindicando o combate a privilégios das elites. O grau de “fraqueza” desses últimos grupos, porém, não pode ser aqui mensurado, dado que tal procedimento exige uma análise mais detalhada dos casos.

Os dados tendem a confirmar a seletividade da ação policial sobre os grupos mais contestadores à ordem social, um padrão já identificado nas pesquisas que salientam o papel das instituições policiais brasileiras na gestão - recorrentemente violenta - dos grupos que reivindicam transformações sociais (LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2015). Esse padrão se identifica não apenas na ação nas ruas, como também nos dados de homicídios contra a população negra e nas políticas penais de encarceramento em massa, uma vez que o encarceramento, como afirma Oliver (2008), pode ser também interpretado como uma tática de controle à ação coletiva.

O Gráfico 4 apresenta a variação por ano da ação policial aos grupos alvos de maior frequência:

**Gráfico 4** - Ocorrências de táticas policiais de acordo com atores por ano

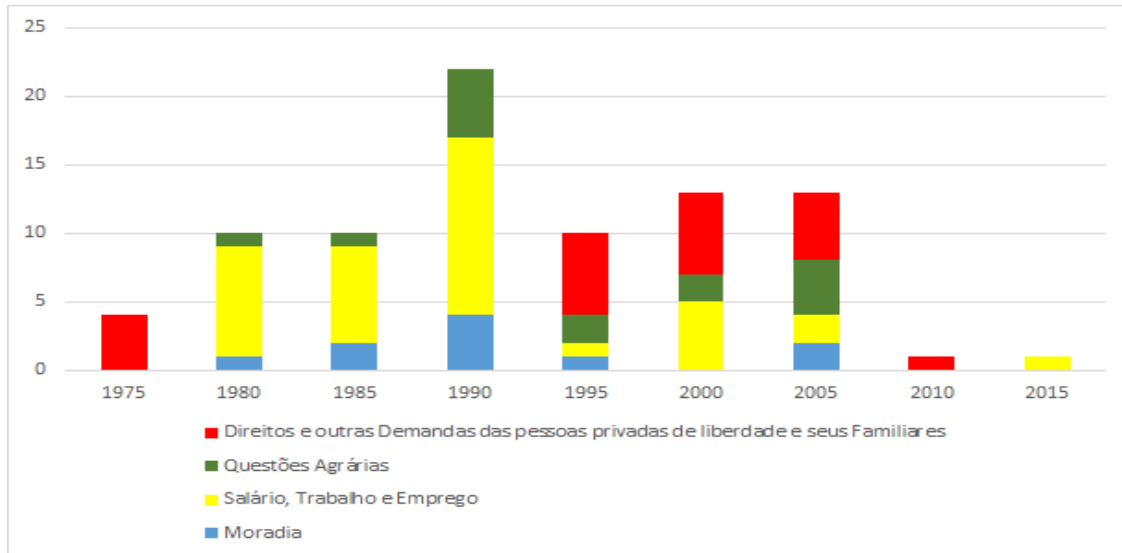
Fonte: Autoria Própria

Percebe-se que os estudantes foram mais policiados durante o ano de 1980. As pessoas privadas de liberdade, por outro lado, apresentam uma distribuição menos oscilante, compreendendo o período de 1995 a 2005 como o mais relevante. Os trabalhadores rurais, por sua vez, apresentaram em 1990 o ano em que mais se registrou a ação policial sobre tais atores; no entanto, observa-se o registro de policiamento a esse grupo no período de 1985 a 2005. O pico do policiamento a trabalhadores assalariados ocorreu nos anos de 1985 e de 2000. Essas variações tendem a indicar momentos históricos em que as ações dos grupos reprimidos foram mais frequentes e/ou mais radicalizadas (como no caso do controle ao movimento estudantil em 1980).

Quanto à associação entre tipos de táticas policiais e os atores promotores dos protestos, as detenções estão principalmente associadas aos grupos de profissionais assalariados e estudantes, somando mais de 50% dos casos – geralmente nos eventos de protesto que têm como principal objeto questões trabalhistas (salariais e de condições trabalho/emprego). Quando a tática da polícia são as agressões físicas, os grupos estudantis são também alvos frequentes; no entanto, os atores que mais sofreram tais agressões foram as pessoas privadas de liberdade, geralmente em situações de rebelião. As pessoas privadas de liberdade também foram os principais alvos do uso ou clara ameaça de uso de armamento letal, o que aponta que esse é o grupo social para os quais mais se direcionam as táticas policiais violentas. Já quando a tática é o bloqueio espacial, tal ação é, no geral, destinada aos movimentos e organizações sociais rurais. O uso dessa tática tende a se relacionar a situações nas quais as forças policiais buscam impedir a ocorrência de ocupações de terra. Vale destacar, porém, que tal tática também é voltada aos movimentos estudantis. Quando as táticas policiais estão relacionadas a processos de investigação, como coleta de informações e abertura de inquéritos, essas são, principalmente, direcionadas aos movimentos e organizações sociais rurais.

#### b) *Objetos de reivindicação*

O grau de policiamento de acordo com os objetos de reivindicação tende a reproduzir o que fora identificado a respeito dos atores preferencialmente controlados. Nesse sentido, as reivindicações sobre as quais mais incidiu o policiamento foram relativas a: salário, trabalho e emprego; direitos e outras demandas das pessoas privadas de liberdade; questões agrárias; e moradia. Embora movimentos estudantis tenham sido acima identificados como um dos atores mais policiados, seus objetos de reivindicação são mais heterogêneos e não se restringem à educação.

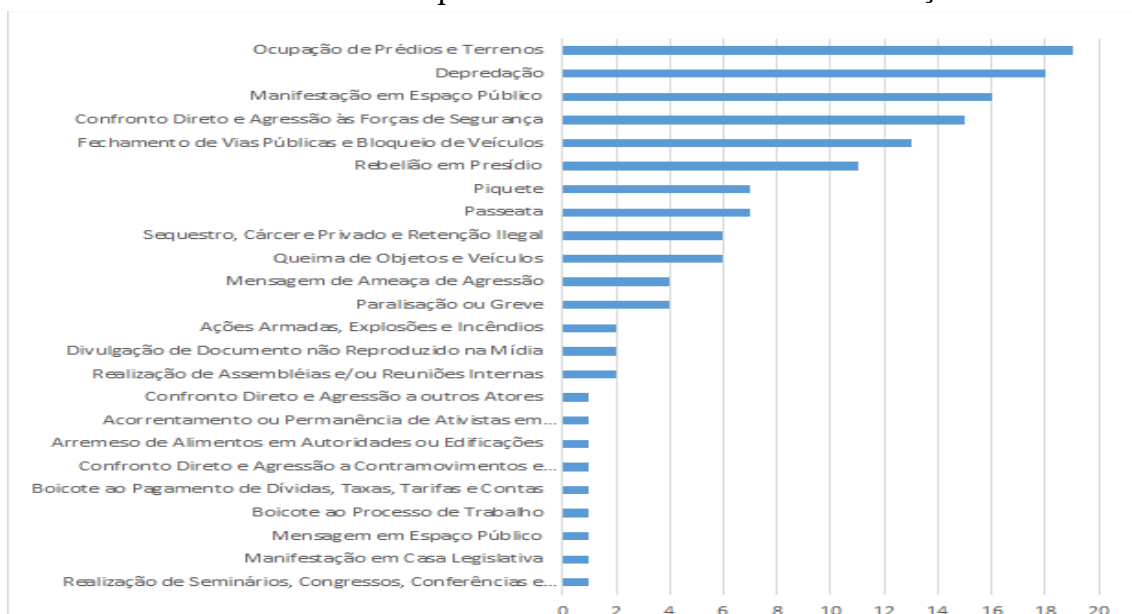
**Gráfico 5** - Ocorrências de táticas policiais de acordo com objetos de reivindicação por ano

Fonte: Autoria Própria

A variação temporal demonstra uma conflitualidade maior em torno de determinados objetos em períodos específicos. Objetos relativos a salário, trabalho e emprego foram mais reprimidos entre os anos 1980 e 1990. Já questões ligadas a direitos das pessoas privadas de liberdade foram mais policiadas entre 1995 e 2005. Por fim, protestos envolvendo questões agrárias foram mais policiados entre 1990 e 2005.

#### *Interações táticas entre manifestantes e forças policiais*

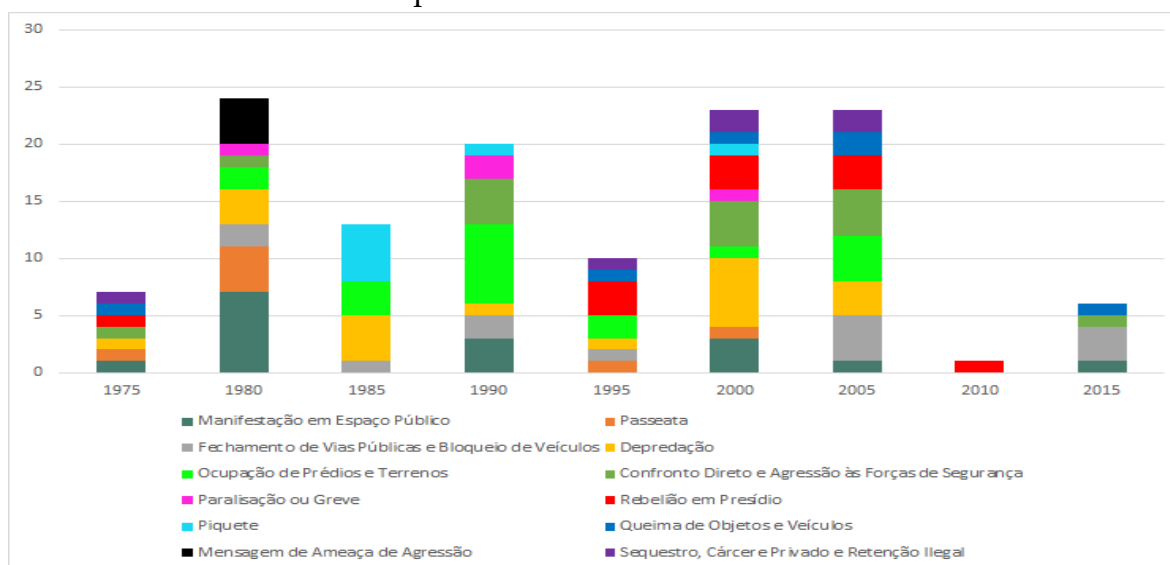
Outra relação que tem sido analisada pela literatura internacional é aquela que envolve a “interação tática” entre policiais e manifestantes (DELLA PORTA; TARROW, 2012). A relação geral entre policiamento e táticas de ação coletiva adotadas pelos ativistas consta no Gráfico 6. As táticas mais frequentemente policiadas foram ocupação de prédios e terrenos, depredação, manifestação em espaço público, confronto direto com as forças de segurança, fechamento de vias públicas e bloqueio de veículos, rebelião em presídio, piquete, passeata, sequestro, cárcere privado e retenção ilegal, queima de objetos e veículos, mensagem de ameaça de agressão, paralisação ou greve, ações armadas, explosões e incêndios, divulgação de documento não reproduzido na mídia, realização de assembleias e/ou reuniões internas, confronto direto e agressão a outros atores, acorrentamento ou permanência de ativistas em..., arremesso de alimentos em autoridades ou edificações, confronto direto e agressão a contramovimentos e..., boicote ao pagamento de dívidas, taxas, tarifas e contas, boicote ao processo de trabalho, mensagem em espaço público, manifestação em casa legislativa, realização de seminários, congressos, conferências e...

**Gráfico 6** - Ocorrências de táticas policiais de acordo com as táticas de ação dos manifestantes

Fonte: Autoria Própria

Percebe-se que as táticas preferencialmente policiadas envolvem ou a ocupação de espaços (públicos ou privados) ou táticas disruptivas, tendencialmente violentas, por parte dos ativistas. Essa constatação reforça a ideia de que grupos identificados como “ameaças”, que questionam o uso do espaço público e da propriedade privada, lançando mão de ações diretas, são tendencialmente mais policiados no contexto analisado. Os dados do Gráfico 7 apresentam a variação das táticas policiais de acordo com as táticas de ação dos manifestantes por ano:

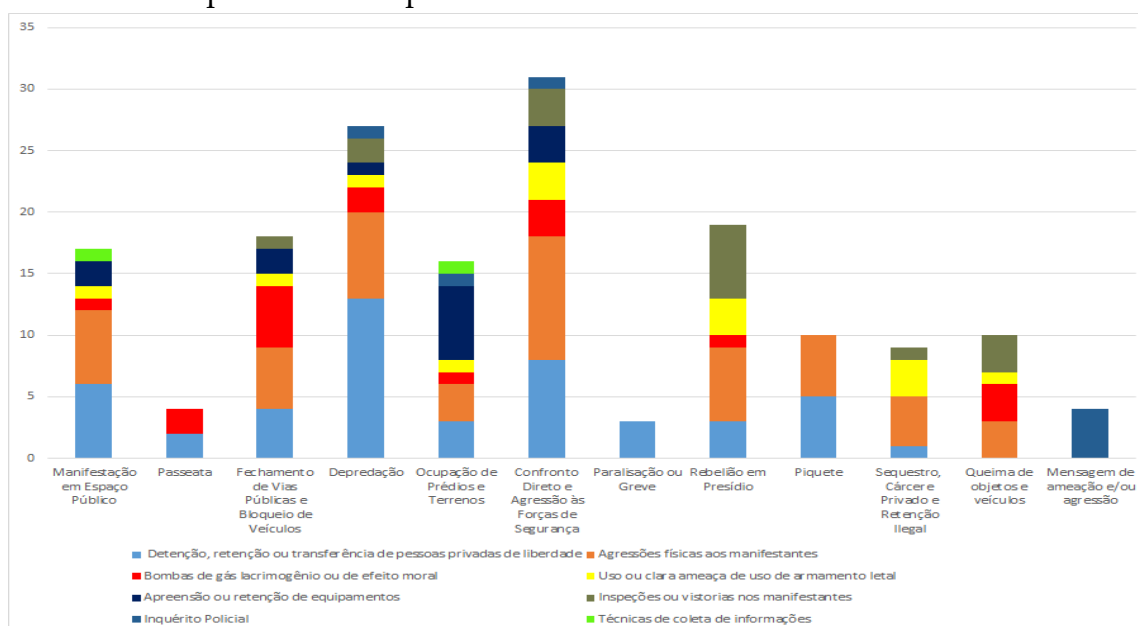
**Gráfico 7 - Ocorrências de táticas policiais de acordo com as táticas de ação dos manifestantes distribuídas por ano**



Fonte: Autoria Própria

De modo geral, não se identificam oscilações importantes nas táticas mais policiadas no período. Identificam-se, ainda assim, picos de policiamento a determinadas táticas em anos específicos. O policiamento a manifestação em espaço público teve mais ocorrências em 1980, e a ocupação de prédios e terrenos, em 1990. Já as depredações têm seu pico de policiamento em 2000. O Gráfico 8 demonstra que determinadas táticas policiais são geralmente combinadas com táticas específicas da ação coletiva:

**Gráfico 8 - Tipos de táticas policiais de acordo com as táticas dos manifestantes**



Fonte: Autoria própria

Manifestações em espaço público tendem a ser policiadas com bloqueio de trajeto e/ou agressões físicas. Fechamento de vias é preferencialmente policiado com bloqueio de acesso/permanência no local, agressões físicas e/ou bombas de gás lacrimogêneo. Depredações são geralmente respondidas com detenção e/ou agressão física. Ocupações de prédios e terrenos tendem a ser respondidas com bloqueio de acesso/permanência no local e/ou apreensão de equipamentos. Confronto direto com forças de segurança é preferencialmente policiado com detenção e/ou agressões físicas. Por fim, rebeliões em presídios são usualmente respondidas com agressões e/ou inspeções e vistorias nos presos.

### **Considerações Finais**

Esta pesquisa buscou, a partir de um banco de dados sobre manifestações públicas de demandas coletivas ocorridas no estado do Rio Grande do Sul entre 1970 e 2015, mapear padrões e variações do policiamento a protestos no estado do Rio Grande do Sul no período. Após serem identificadas as táticas policiais adotadas, estas foram relacionadas com atores promotores do evento de protesto, objetos de reivindicação e táticas de ação coletiva. A pesquisa teve caráter descritivo.

Os resultados da pesquisa permitiram a identificação de um diagnóstico inicial sobre como as polícias do Rio Grande do Sul, no período de 45 anos (1970-2015), tendem a policiar eventos de protesto. Por meio da aplicação da técnica de análise de eventos de protesto (AEP), a sistematização dos dados forneceu a descrição de determinados padrões e variações.

Quando ocorreram, as ações policiais apresentaram as seguintes características: a predominância de táticas de repressão física (agressão, detenções, bloqueio espacial), pouco tolerantes à demonstração pública de demandas coletivas, com a emergência do uso de armamento menos letal ao fim do período analisado; o protagonismo das Polícias Militares como instituição policial de controle aos protestos; a concentração da ação policial sobre grupos mais “ameaçadores” às elites políticas, como estudantes, profissionais assalariados, pessoas privadas de liberdade e trabalhadores rurais; o policiamento predominante sobre eventos que reivindicam pautas específicas, como aquelas ligadas a salário, trabalho e emprego, direitos das pessoas privadas de liberdade, questões agrárias e moradia; a tendência de que determinadas táticas da ação coletiva se combinem a determinadas táticas repressivas (exemplo: depredações são geralmente respondidas com detenção e/ou agressão física).

O estudo apresenta indícios para a formulação de diversas hipóteses acerca de quais são os elementos centrais que explicam o policiamento a protestos no contexto estudado, tais como: o uso recorrente da repressão física tende a caracterizar a predominância de um modelo de força em escalada; a ocorrência e o grau de uso de força no policiamento a protestos tendem a ser diretamente proporcionais ao grau de “ameaça” das reivindicações e dos grupos promotores da ação coletiva às elites políticas; as táticas da ação coletiva mais disruptivas tendem a ser mais duramente policiadas. Essas hipóteses explicativas podem ser objeto de trabalhos futuros. Nossa proposta é que o esforço de sistematização realizado contribua para a formulação de uma agenda nacional de pesquisa sobre o policiamento a protestos.

## Referências

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo K.; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, São Paulo, v. 105, p. 15-46, 2018,
- ALMEIDA, Frederico N. R. Técnicas de Estado securitário e desdemocratização: explorando as relações entre violência, políticas criminais e crise da democracia no Brasil contemporâneo. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 44., 2020, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPOCS, 2020a.
- ALMEIDA, Frederico N. R. “Vândalos”, “trabalhadores” e “cidadãos”: sujeição criminal e legitimidade política na criminalização dos protestos de junho de 2013. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 1-35, 2020b.
- AYOUB, Phillip M. Repressing protest: threat and weakness in the european context, 1975-1989. *Mobilization*, San Diego, v. 15, n. 4, p. 465-488, 2010.
- AZAB, Marian; SANTORO, Wayne A. Rethinking fear and protest: racialized repression of Arab Americans and the mobilization benefits of being afraid. *Mobilization*, San Diego, v. 22, n. 4, p. 473-491, 2017.
- BROMLEY, David G.; SHUPE, Anson D. Repression and the decline of social movements: the case of new religions. In: FREEMAN, Jo (ed.). *Social movements of the Sixties and Seventies*. New York: Longman, 1983. p. 335-347.
- CALDEIRA, Teresa P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34: Edusp, 2000.
- CHANG, Paul; VITALE, Alex. Repressive coverage in an authoritarian context: threat, weakness, and legitimacy in South Korea's democracy movement. *Mobilization*, San Diego, v. 18, n. 1, p. 19-39, 2013.
- COUTO, Cláudio G. La ultraderecha llega al poder. In: CAETANO, Gerardo; MAYORGA, Fernando (coord.). *Giros políticos y desafíos democráticos en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2020.
- DELLA PORTA, Donatella. *Social movements, political violence, and the state: a comparative analysis of Italy and Germany*. New York: Cambridge University Press, 1995.
- DELLA PORTA, Donatella. Social movements and the state: thoughts on the policing of protest. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John; ZALD, Mayer (ed.). *Comparative perspectives on social movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- DELLA PORTA, Donatella; REITER, Herbert. *Policing protest: the control of mass demonstrations in Western democracies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- DELLA PORTA, Donatella; REITER, Herbert. *The policing of transnational protest*. Aldershot: Ashgate, 2006.
- DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. Interactive diffusion: the coevolution of police and protest behavior with an application to transnational contention. *Comparative Political Studies*, New York, v. 45, n. 1, p. 119-152, 2012.
- DOHERTY, Brian. Tactics. In: SNOW, David A. et al. (ed.). *The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements*. Oxford: Blackwell Publishing, 2013.
- EARL, Jennifer. Controlling Protest: new directions for research on the social control of protest. *Research in Social Movements, Conflicts and Change*, Bingley, UK, v. 25, p. 55-83, 2004.
- EARL, Jennifer. Political Repression: iron fists, velvet gloves and diffuse control. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 37, p. 261-284, 2011.
- EARL, Jennifer. Tanks, Tear gas, and taxes: toward a theory of movement repression. *Sociological Theory*, San Francisco, v. 21, n. 1, p. 44-68, 2003.
- EARL, Jennifer; MARTIN, Andrew; MCCARTHY, John D.; SOULE, Sarah. A. The use of newspaper data in the study of collective action. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 30, p. 65-80, 2004.
- EARL, Jennifer; SCHUSSMAN, Alan. Cease and desist: repression, strategic voting and the 2000 U.S. Presidential Election, San Diego, v. 9, n. 2, p. 181-202, 2004.
- EARL, Jennifer; SOULE, Sarah. Seeing Blue: a police-centered explanation of protest policing. *Mobilization*, San Diego, v. 11, n. 2, p. 145-164, 2006.



- FERNANDES, Eduardo G. O repertório da ação policial: contribuições da literatura sobre policiamento a protestos para o estudo da repressão política no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 8, n. 20, p. 102-127, 2020.
- FREITAS, Veronica T. *Quem são os terroristas no Brasil? A Lei Antiterror e a produção política de um "inimigo público"*. 2017. 210 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- GAMSON, William A. *The strategy of social protest*. Homewood: Dorsey Press, 1990.
- GILLHAM, Patrick F.; EDWARDS, Bob; NOAKES, John A. Strategic incapacitation and the policing of occupy wall street protests in New York City, 2011. *Policing and Society*, Southampton, v. 23, n. 11, p. 81-102, 2013.
- JASPER, James M. *The art of moral protest: culture, biography, and creativity in social movements*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1997.
- KOOPMANS, Ruud. Dynamics of repression and mobilization: the German extreme right in the 1990s. *Mobilization*, San Diego, v. 2, n. 2, p. 149-164, 1997.
- KOOPMANS, Ruud; NEIDHARDT, Friedhelm; RUCHT, Dieter (ed.). *Acts of dissent: new development in the study of protest*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1999.
- KOOPMANS, Ruud; RUCHT, Dieter. Protest Event Analysis. In: KLANDERMANS, Bert; STAGGENBORG, Suzanne (ed.). *Methods of social movements research*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
- LIMA, Renato S.; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 123-144, 2015.
- MCADAM, Doug. *Political process and the development of black insurgency, (1930-1970)*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- MCADAM, Doug; MCCARTHY, John; ZALD, Mayer (ed.). *Comparative perspectives on social movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MCPHAIL; Clark; SCHWEINGRUBBER, David; MCCARTHY, John. Policing protest in the United States: 1960-1995. In: DELLA PORTA, Donatella; REITER, Herbert. *Policing protest: the control of mass demonstrations in Western democracies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- NEIDHARDT, Friedhelm; RUCHT, Dieter. Methodological issues in collecting protest event data: units of analysis, sources and sampling, coding problems. In: KOOPMANS, Ruud; NEIDHARDT, Friedhelm; RUCHT, Dieter (ed.). *Acts of dissent: new development in the study of protest*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1999.
- OLIVEIRA, Wilson J. F.; SANTOS, Adrielma F. S. Eventos de protesto, repertórios organizacionais e dinâmicas de construção do transporte público e gratuito como uma causa pública. *Revista Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 599-620, 2017.
- OLIVER, Pamela E. Repression and crime control: why social movement scholars should pay attention to mass incarceration as a form of repression. *Mobilization*, San Diego, v. 13, n. 1, p. 1-24, 2008.
- OLZAK, Susan. Analysis of events in the study of collective action. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 15, p. 119-141, 1989.
- PIVEN, Frances F.; CLOWARD, Richard. A. *Poor people's movements: why they succeed, how they fail*. New York: Vintage Books, 1977.
- POLLETTA, Francesca. Culture and Its discontents: recent theorizing on the cultural dimensions of protest. *Sociological Inquiry*, Austin, v. 67, n. 4, p. 431-450, 1997.
- PROTESTOS no Brasil 2013. *Artigo 19*, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://artigo19.org/blog/2014/06/23/relatorio-protestos-no-brasil-2013/>. Acesso em: 22 set. 2019.
- PINHEIRO, Paulo S. Autoritarismo e transição. *Revista USP*, São Paulo, n. 9, p. 45-56, 1991.
- RAFAIL, Patrick. Policy spillover and the policing of protest in New York City, 1960–2006. *Policing and Society*, [s. l.], v. 25, n. 5, p. 463-483, 2014.
- SILVA, Camila F.; FERNANDES, Eduardo G. Ciclo de Protestos de 2013: construção midiática das performances de contestação. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 53, p. 202-215, 2017.
- SILVA, Marcelo K.; ARAUJO, Gabrielle O.; PEREIRA, Matheus M. Análise de Eventos de Protesto no Estudo dos Repertórios Associativos. In: ROBERTT, Pedro; RECH, Carla M.; LISDERO, Pedro;



- FACHINETTO, Rochele F. (org.). *Metodologia em Ciências Sociais Hoje: práticas, abordagens e experiências de investigação*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- SOULE, Sarah; DAVENPORT, Christian. Velvet Glove, Iron Fist, or Even Hand? Protest Policing in the United States, 1960-1990. *Mobilization*, San Diego, v. 14, n. 1, p. 1-22, 2009.
- SOUZA, Rafael de; ALONSO, Angela Maria. *Cenários de protesto: mobilização e espacialidade no ciclo de confronto de junho de 2013*. 2018. 302 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- STOCKDILL, Brett C. *Multiple oppressions and their influence on collective action: the case of the AIDS movement*. Ph.D. 1996. Dissertation (Department of Sociology) – Northwestern University, Evanston, 1996.
- TARROW, Sidney. *Democracy and disorder: protest and politics in Italy, (1965-1975)*. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andréia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, p. 63-96, 2019.
- TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. New York: Random House, 1978.
- ZALD, Mayer N.; BERGER, Michael A. Social movements in organizations: Coup d'etat, insurgency, and mass movements. *American journal of sociology*, v. 83, n. 4, p. 823-861, 1978.

**Declaração de Co-Autoria:** Os autores afirmam que o trabalho foi idealizado e realizado em conjunto e que ambos tiveram participação significativa na concepção da pesquisa, coleta, processamento e análises de dados, bem como na interpretação e redação do texto. A seção "Notas Metodológicas" foi redigida sobretudo por Camila Farias da Silva, enquanto a seção "Policciamento de Eventos de Protesto" esteve principalmente a cargo de Eduardo Georjão Fernandes. As demais seções foram escritas em conjunto".

\*Minicurrículo do/a(s) Autor/a(s):

**Eduardo Georjão Fernandes.** Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2020). Professor junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha. E-mail: eduardo.g.fernandes@gmail.com.

**Camila Farias da Silva.** Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2021). Diretora de Projetos e Articulação Institucional do Instituto Cíclica. E-mail: camilafsb@yahoo.com.br.